



Estado da Paraíba  
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA  
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

**PROJETO DE LEI N.º 2.114/2024**

**REGULAMENTA O INSTRUMENTO DE OUTORGA  
ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR (OODC)  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**AUTOR: O EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

**RELATOR: O EXMO. SR. VER. BISPO JOSÉ LUIZ**

**PARECER N.º \_\_\_\_/ 2024**

**I - RELATÓRIO**

A Câmara Municipal de João Pessoa recebe em tramitação o presente **PROJETO DE LEI N.º 2.114/2024**, de autoria de Sua Excelência o Sr. Prefeito Constitucional de João Pessoa, que **“REGULAMENTA O INSTRUMENTO DE OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR (OODC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**, e, vem a esta douta Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, para recebimento de competente **PARECER.**

**É o RELATÓRIO.**

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa – Relator – Ver. JOSÉ LUIZ GONÇALVES

Página 1



Estado da Paraíba  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

---

## **II - VOTO DO RELATOR**

O Projeto de Lei em análise pretende que **por intermédio desta Casa Legislativa, a "REGULAMENTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR (OODC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**, de vez que o Art. 110 e 111 do PLANO DIRETOR do Município de João Pessoa, conforme estatuído pela lei Federal n.º 10.257/2001 (ESTATUTO DA CIDADE).

Justifica ainda Sua Excelência o Prefeito Municipal que o Projeto de Lei em epígrafe integra o instrumental geral de regulação urbanística do Município de João Pessoa, juntamente com os demais normas estabelecidas na Lei Orgânica deste Município, e, por esta razão se justifica a apresentação desta propositura em alinhamento com a revisão do Plano Diretor - Lei Complementar n.º 03, de 30 de dezembro de 1992, alterada pela Lei Complementar n.º 54, de 18 de dezembro de 2009 -, e aprovação da nova Lei do Plano Diretor Municipal, com o objetivo de estimular o uso habitacional em algumas macrozonas específicas e assegurar recursos financeiros para atender demandas da cidade.

E que, a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) se constitui de benefício ao empreendedor, para que o mesmo possa edificar acima dos índices de aproveitamento básico e até o limite dos índices de aproveitamento máximos estabelecidos para as macrozonas, segundo os objetivos do planejamento urbano estabelecidos no projeto proposto pela Lei de Revisão do Plano Diretor do Município de João Pessoa, aprovada por esta Casa Legislativa.

E ainda assevera que, de acordo com a proposta evidenciada, a aquisição de potencial construtivo adicional, até o máximo permitido segundo cada macrozona, poderá ser feita por outorga onerosa do direito de construir.

Tal projeto de lei busca deixar bem claro onde exatamente é preciso completar a ocupação sustentável da nossa cidade, aproveitando a disponibilidade de infraestrutura e equipamentos, sempre à luz da visão de futuro adotada pela revisão do Plano Diretor.

O presente Projeto de Lei considerou o amplo debate promovido pelo Município de João Pessoa junto à sociedade civil, onde foi elaborado com o objetivo de atualizar a legislação municipal de forma a se cumprir as metas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, com o intuito de consolidar o desenvolvimento sustentável do território de nosso Município.

---

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa – Relator – Ver. JOSÉ LUIZ GONÇALVES

Página 2





### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, reunida em sua plenitude, decide por acatar o **VOTO** emitido pelo nobre **RELATOR VER. BISPO JOSÉ LUIZ**, pela **Declaração de Constitucionalidade do Projeto de Lei n.º 2.114/2023**, de autoria de Sua Excelência o Sr. **Prefeito Constitucional de João Pessoa**, que **“REGULAMENTA O INSTRUMENTO DE OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR (OODC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**, sendo esta Comissão pelo **PARECER FAVORÁVEL**, e, conseqüentemente vota pela **APROVAÇÃO**.

#### É O PARECER.

Sala de Reuniões da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa - CCJRLP, da Câmara Municipal de João Pessoa - “Casa Napoleão Laureano”, em João Pessoa, 03 de junho de 2024.

**THIAGO LUCENA**

**PRESIDENTE**

**CEL. KELSON**

**MEMBRO**

**BISPO JOSÉ LUIZ**

**MEMBRO/RELATOR**

**BRUNO FARIAS**

**MEMBRO**

**BOSQUINHO**

**MEMBRO**

**DURVAL FERREIRA**

**MEMBRO**

**ODON BEZERRA**

**MEMBRO**